

# NORMA E NORMAS: UMA ANÁLISE DOS ENUNCIADOS DAS PROPOSTAS DE REDAÇÃO DAS PROVAS DO ENEM

Francisca Janete da Silva Adelino (UFPB)  
[janete\\_adelino@hotmail.com](mailto:janete_adelino@hotmail.com)

## Introdução

Este artigo tem como objetivo analisar as concepções de norma que aparecem nos enunciados das questões de redação do Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM) no período de 1998 a 2013. A partir deste objetivo, algumas questões serão respondidas, a saber: (i) como a discussão sobre norma é abordada na sociolinguística? Que compreensões sobre norma são produzidas na teoria para contribuir com o ensino de língua materna? E de que forma a noção de norma é apresentada nos enunciados das propostas de redação do ENEM e conseqüentemente são cobradas e ensinadas na escola? Fundamenta-se principalmente em Faraco (2008), mais exatamente quando esse discute as noções de norma e, também em Possenti (1996), Bortoni-Ricardo (2004), Antunes (2007), Bagno (2004), Neves (2011), Alkimin (2008), Martins, Vieira e Tavares (no prelo), entre outros. Metodologicamente, esta pesquisa é de natureza documental, e descritiva e segue uma abordagem de cunho qualitativo.

Este artigo encontra-se configurado da seguinte forma: inicialmente, apresentamos as contribuições da sociolinguística para o ensino de língua materna; em seguida, discutimos as análises do *corpus* e discorremos sobre as concepções de norma nas propostas de redação das provas do *ENEM*; por fim, concluímos, fazendo um apanhado dos principais achados da pesquisa.

Ressaltamos que a versão completa deste artigo foi entregue ao Programa de Pós-Graduação em Linguística (PROLING) da UFPB em maio de 2014, com o propósito de cumprir com a nossa primeira qualificação doutoral. Apresentamos aqui um recorte dos achados da nossa pesquisa.

## 1 Contribuições da Sociolinguística para o ensino de língua materna

Segundo Bagno (2000), o mito da unidade linguística vem a bastante tempo causando um sério estrago na nossa educação. Esse mito, propagado pelo livro didático de língua portuguesa (LDLP), é muito prejudicial à educação, porque, ao não reconhecer a verdadeira diversidade do português que é falado no Brasil, o sistema escolar, muitas vezes, tenta impor sua norma linguística como se ela fosse a língua comum a todos os falantes, independentemente de sua idade, origem geográfica, situação socioeconômica ou do seu grau de escolarização, dentre outros fatores.

Permanece, assim, nas práticas pedagógicas o conceito de certo/errado, tomando-se como referência a norma padrão ou culta da língua, conforme observa (ALKIMIN, 2008). Ainda de acordo com Bagno (2000), o ensino de língua deve priorizar e desenvolver as habilidades de

expressão. Essas habilidades, não desprezam as variações, mas, ao contrário, valorizam seus usos em diferentes contextos de produção. Nesse sentido, os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs), destacam que para cumprir bem a função de ensinar a escrita e a língua materna, a escola precisa livrar-se de vários mitos, quais sejam: o de que existe uma forma “correta” de falar, a fala de uma região é melhor do que a de outra, a fala “correta” é a que se aproxima da língua escrita, o brasileiro fala mal, o português é uma língua difícil, e o de que é preciso “consertar” a fala do aluno para evitar que ele fale e escreva “errado”.

Além disso, os PCNs relacionam algumas atividades que permitem explorar as questões de variação linguística, a saber:

Transcrição de textos orais, para permitir a identificação dos recursos linguísticos próprios da fala; edição de textos orais para apresentação; análise da força expressiva da linguagem popular na comunicação cotidiana, na mídia e nas artes; levantamento das marcas de variação ligadas á gênero, grupos profissionais, geração, classe social e área de conhecimento, por meio de comparação de textos que tratem de um mesmo assunto para públicos com características diferentes; elaboração de textos; elaboração de textos em função da área de conhecimento; comparação de textos sobre o mesmo tema; comparação entre textos com o mesmo tema, produzidos em épocas diferentes; comparação de duas traduções e textos de um mesmo autor; análise de fatos de variação nos textos dos alunos; análise de discussão de textos de publicidade ou de imprensa; análise comparativa entre registro da fala ou de escrita. (BRASIL, 1998, p. 82- 83).

Nesse sentido, para a realização do ensino de língua sob essa perspectiva, é importante que, na elaboração dessas atividades, seja levado em conta principalmente o aluno e a variedade que ele já traz, apreendida socialmente no convívio do dia-a-dia. Dessa forma, para Antunes (2007, p.106): “quanto maior a capacidade do falante de usar diferentes normas e diferentes registros – do mais formal ao mais informal – tanto mais competente ele é.” É nesse objetivo que devem proceder os manuais de língua portuguesa.

Apesar do campo da sociolinguística ter avançado bastante nos últimos anos, o tratamento dado à variação linguística e às chamadas *normas linguísticas* se apresentam, ainda, como um dos grandes desafios enfrentados pelos professores nas aulas de língua portuguesa. Nesse sentido, Martins, Vieira e Tavares (no prelo, p. 8) afirmam que “é preciso refletir sobre a norma em que o professor de português vai se basear em suas atividades diárias de orientação dos alunos na prática pedagógica”.

Dessa forma, consequências podem surgir do ensino, do entendimento que se tem acerca da variação para o ensino de língua materna, visto que algumas formas de variação podem ser mais valorizadas e outras estigmatizadas. Com isso, o preconceito linguístico e o não reconhecimento de outras variedades linguísticas estão diretamente ligados à educação. No entanto, conforme Bagno (2000), o ensino de língua materna em nossas escolas tem significado, na grande maioria, o ensino da gramática normativa. Em decorrência disso, o ensino acerca das normas linguísticas ficará restrito a apenas uma norma, sendo essa valorizada e as demais estigmatizadas.

Cabe resaltar que a variação linguística é algo natural e real das línguas naturais. É o resultado de como a língua se diferencia de acordo com o contexto histórico, sócio-político e geográfico com a finalidade de desenvolver a comunicação. Pode-se dizer então, que a variação da língua é essencial no entendimento das falas cotidianas, trazendo ao sujeito uma condição de melhor compreensão do mundo, de acordo com o seu ambiente de convivência. A diversidade da língua não deve ser enquadrada como “certa” ou “errada”, nem como “superior” ou “inferior”. Pelo contrário, deve ser respeitada e compreendida dentro do contexto da diversidade humana como algo intrínseco do ser e necessária para uma comunicação real. Essa reflexão abre espaço para a discussão dos aspectos sociocultural e teórico da sociolinguística. Quanto ao aspecto sociocultural, Martins, Vieira e Tavares (no prelo, p.8) trazem que, “[...] os usos linguísticos são valorados pelos usuários dos mais diversos perfis”. Para os autores, “[...] as expressões linguísticas efetivamente utilizadas por um grupo de falantes independente da norma utilizada são avaliadas naturalmente como prestigiosas [...] ou desprestigiosas [...]” (MARTINS, VIEIRA e TAVARES, no prelo, p. 8). Já o aspecto sociolinguístico, Martins, Vieira e Tavares apoiados em Labov 1972, afirmam que, “há fatos linguísticos que não recebem avaliação de determinada comunidade de fala e são usados de forma inconsciente (indicadores); há outros que recebem avaliação positiva/negativa a depender do contexto em que estão inseridos [...]”.

Em uma concepção real, uma língua não é construída sob um único aspecto, ela é fruto de uma diversidade que une o conjunto das variedades, tornando-se, assim o resultado de uma realidade intrinsecamente heterogênea. “Por isso é que tendemos a dizer hoje, nos estudos científicos da linguagem verbal, que uma língua é uma entidade cultural e política e não propriamente uma entidade linguística” (FARACO, 2008, p. 34).

De modo que, em todo local de convivência social, os indivíduos ficam em contato constante com as mais diversas formas de utilização da língua. Esses espaços sociais, ou domínios sociais, como escolas, cultos religiosos, dentre outros, por vezes, são pautados por regras específicas de comunicação, sejam elas verbais ou não verbais. No entanto, essas regras não ocultam a variação da linguagem que predominam nesses domínios sociais. Pelo contrário, acabam se tornando uma ferramenta de caracterização própria desses domínios sociais.

Bortoni-Ricardo (2004) ao discorrer sobre diversidade linguística e sobre a pluralidade cultural no Brasil comenta que as diferenças regionais ou de fala é uma ferramenta de identificação, ou seja, “um recurso que confere identidade a um grupo social. Portanto, ser nordestino, ser mineiro, ser carioca etc. é motivo de orgulho para quem o é, e a forma de alimentar esse orgulho é usar o linguajar de sua região e praticar seus hábitos culturais”. (p. 33). Além dessa identificação social, a variação da língua também funciona como uma espécie de distinção entre os grupos. Dessa forma, parafraseando Faraco (2008), numa sociedade diversificada e fortemente marcada pela divisão social de classe, como a nossa, existe um complexo de normas linguísticas, como aquelas que identificam particularidades de uma determinada comunidade.

Em meio a toda diversificação social, torna-se impossível isolar os grupos que compõem uma comunidade de fala ou até mesmo os seus integrantes. O contato entre as normas sempre acaba acontecendo. Esse contato pode se dar por duas situações: Pelo sentido ativo e pelo sentido receptivo. Ou seja, no sentido ativo, um mesmo indivíduo de um determinado grupo tem a capacidade de dominar mais de uma norma, e consegue trazer essa norma ao convívio dos demais integrantes, tornando-a comum na convivência desse grupo. O sentido receptivo, seria pelo fato dos indivíduos do grupo apenas ter a capacidade de entender e interpretar a norma externa, sem fazer uso dela propriamente dita. Faraco (2008, p. 43) complementa essa ideia ao afirmar que “a

força identitária das normas linguísticas não se faz apenas endocentricamente, mas também exocentricamente”.

Compreendemos, portanto, que as forças que marcam a linguagem de um grupo vêm tanto de dentro da comunidade, como também recebem influência externa. Os grupos tendem a preservar as suas normas linguísticas, visto que isso representa uma valorização da cultura a qual já se sentem seguros. E por mais que, inicialmente, se sintam resistentes de se abrir às influências externas, acabam sendo levados a aceitar diferentes normas, tanto pelo desejo e necessidade de se identificar com outros grupos, como também pela pressão social. Ainda sob esse mesmo aspecto das influências sobre a variação linguística, cabe ressaltar o privilégio que se incorpora sobre a variação de acordo com o poder econômico e político. Nesse sentido, Bortoni-Ricardo (2004), comenta que nas comunidades de fala, onde vivem falantes de diversas variedades regionais, como é o caso das grandes metrópoles brasileiras, os falantes que são possuidores de maior poder tendem a ter mais prestígio e transferem esse prestígio para a variedade linguística que falam.

Assim sendo, no Brasil, os falares de maior prestígio tendem a ser aqueles usados nas regiões economicamente mais ricas. Portanto, de acordo com Bortoni-Ricardo (2004), são fatores históricos, econômicos e políticos que conferem o prestígio a certos dialetos em detrimento de outros. No entanto, isso configura preconceito. Preconceito esse, que não tem fundamentos científicos e por isso deve ser combatido pelos estudiosos da linguagem, principalmente pelos professores na sala de aula. Conforme afirma Bagno (2000), devemos combater todas as manifestações de preconceito e “mostrar que eles não têm nenhum fundamento racional, nenhuma justificativa, e que é apenas o resultado da ignorância, da intolerância ou da manipulação ideológica”. (p. 13).

Para qualificar o termo “norma”, diferentes fatores devem ser analisados, tais como, o regional, popular, rural, informal, juvenil, dentre outros. É necessário, assim, que se faça a diferenciação do conceito de norma de acordo com esses fatores, englobando toda a heterogeneidade linguística e respeitando os diferentes condicionantes sociais. Conforme comenta Faraco (2008), “a questão da língua no Brasil não é apenas linguística, mas, antes de tudo, na medida em que atravessa diretamente e afeta profundamente inúmeras situações sociais”. (p.30). A proposta de Faraco será retomada na seção seguinte quando da análise das provas de redação do ENEM.

## **2 Concepções de Norma nas propostas de redação das provas do ENEM**

Antes de iniciarmos a discussões sobre normas trazidas nas propostas de redação das provas do ENEM, é importante destacar que o Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM) foi criado em 1998, com o objetivo de avaliar o desempenho dos estudantes ao fim da educação básica, buscando contribuir para a melhoria da qualidade desse nível de escolaridade. Em 2009, passou a ser utilizado também como mecanismo de seleção para o ingresso no ensino superior. Foram implementadas mudanças no Exame que vem contribuindo para a democratização das oportunidades de acesso às vagas oferecidas por Instituições Federais de Ensino Superior (IFES), para a mobilidade acadêmica e para induzir a reestruturação dos currículos do ensino médio (BRASIL, 2010).

Ao pesquisarmos os enunciados das propostas de redação das provas do *ENEM*, constatamos uma instabilidade quanto ao uso da noção de norma, o que parece significar uma inconsistência em relação a que norma ou conhecimentos gramaticais devem ser acionados na

educação básica e no *ensino médio*. A nossa proposta no que segue, então, a luz de Faraco (2008), é discutir como essas noções de norma são abordadas nos enunciados das propostas de redação do *ENEM* e o que deve estar por trás da concepção de norma cobrada do aluno. Ou, dito de outro modo, que conhecimentos gramaticais devem ser acionados pelos alunos concluintes do ensino médio para produzir a redação do *ENEM*.

De acordo com Faraco (2008), “norma é o conjunto de fenômenos linguísticos (fonológicos, morfológicos, sintáticos e lexicais) que são correntes, costumeiros, habituais numa dada comunidade de fala” (p. 37). Ou seja, o conceito de norma refere-se ao que é comum, cotidiano, normal no que diz respeito à linguagem de uma comunidade. Assim, norma representa a expressão comunicativa usual de um grupo de indivíduos. Corroborando com Faraco (2008), Martins, Vieira e Tavares (no prelo), afirmam que as percepções de normas podem ser situadas em “dois planos: o idealizado e o concreto”. O plano da “idealização se configura um modelo para determinado grupo de usuários da língua (*norma idealizada, abstrata, subjetiva*)”. Já o segundo plano defendido pelos autores acima é o “do nível da concretização, dos usos mais produtivamente preferidos em determinada comunidade de fala (*norma de uso, concreta, objetiva*)”. (p. 7).

As normas, então, qualificam a identificação de um grupo não apenas pelas práticas verbais ou meio de comunicação, mas também incorpora todo um conjunto de valores socioculturais agregados aos modos de vida marcados de geração a geração. Desse modo, Faraco (2008) ressalta que, “uma norma, qualquer que seja ela não pode ser compreendida apenas como um conjunto de formas linguísticas; ela é também um agregado de valores socioculturais” (FARACO 2008, p. 43). Ao discorrer sobre a norma dita *culta*, o autor enfatiza que, antes de qualquer coisa, “é preciso dizer que não é simples conceituar e identificar, no Brasil, a norma a que se dá o qualificativo de *culta*.” (FARACO, 2008, p. 45).

Muitas vezes, não há clareza ao se falar de norma *culta*, tornando essa denominação complexa por essa remeter já um preconceito linguístico. Visto que, o que não é *norma culta* seria “*inculta*”, falada por “grupos sem cultura”. Nesse sentido, há um julgamento pejorativo dos grupos que fazem uso de outras normas, grupos esses estigmatizados por não saberem falar, por falarem mal, falarem errado, por serem “*incultos*” e ignorantes, ou seja, essa é exatamente a classe dos excluídos socialmente.

No entanto, estudos antropológicos afirmam que não existem grupos sem cultura. É importante trabalhar criticamente a delimitação da palavra *culta* no que se refere, na maioria das vezes, à modalidade da cultura escrita. Assim, Faraco (2008, p.56) aborda que “a expressão *norma culta* deve ser entendida como designando a norma linguística praticada, em determinadas situações [...] por grupos sociais que têm estado mais diretamente relacionados com a cultura escrita”. Já, quanto à *norma padrão*, Faraco (2008 p. 75) assevera que ela “é uma codificação relativamente abstrata, uma baliza extraída do uso real para servir de referência, em sociedades marcadas por acentuada dialeção, a projetos políticos de uniformização linguística”.

A norma padrão, no entendimento de Faraco, precisa encontrar correspondente no uso. Ao que parece a norma padrão se configura uma virtualidade, tendo em vista que nenhuma comunidade usa cabalmente tal variação. Dessa forma, a norma padrão é vista também como aquela que prescreve os textos da modalidade escrita formal, ou seja, trata-se da norma prescrita pela gramática normativa. Norma esta que serve de modelo para a correção de textos de natureza formal e também é exigida em diversos processos de avaliação do conhecimento da língua portuguesa.

Faraco (2008), por outro lado, comenta que um dos grandes problemas que circundam o tema sobre a norma padrão é a assimilação da mesma com o conteúdo das súmulas gramaticais.

Para este estudioso (2008, p. 79), a norma padrão é um fenômeno relativamente abstrato no qual ocorre o apagamento das marcas dialetais. “É um complexo entrecruzamento de elementos léxico-gramaticais e outros tantos de natureza ideológica que, em seu conjunto, definem o fenômeno que designamos tecnicamente de norma-padrão”. É interessante destacar, ainda, que dentro de um único grupo social existem vários tipos de normas, onde os indivíduos possuem domínio sobre as mesmas e as utilizam de acordo com o contexto. No reconhecimento da diversidade, de acordo com a visão restritamente linguística, cada condicionante ou grupo social tem as suas particularidades linguísticas de falar e escrever, onde cada um deles apresentam as suas próprias normas. Pode-se, então, encontrar vários tipos de normas e a distinção entre elas pode ser uma tarefa confusa. É comum, por exemplo, no meio universitário utilizar “norma padrão” e /ou “norma gramatical” como sinônimos de “norma culta”. Entretanto, essas noções carregam ideologias, preconceitos, *valores socioculturais*.

Portanto, considerando a complexidade da variação e mudança linguística, muitos estudiosos têm desenvolvido pesquisas com esse foco. No entanto, percebe-se ainda a necessidade de reflexão sobre a diversidade linguística da língua portuguesa, considerando principalmente ao que se refere ao entendimento dos conceitos norteadores das normas culta, padrão e gramatical. O quadro a seguir, ilustra os enunciados das provas de redação realizadas pelo ENEM no período de 1998 a 2013.

**Quadro 1: Enunciados das provas de redação do ENEM do período de 1998 a 2013.**

ENEM 1998: “Redija um texto dissertativo, sobre o tema “Viver e Aprender”, no qual você exponha suas ideias de forma clara, coerente e em conformidade <i>com a norma culta da língua</i> , sem se remeter a nenhuma expressão do texto motivador “O Que É O Que É”.
ENEM 1999: “Com base na leitura dos quadrinhos e depoimentos, redija um texto em prosa, do tipo dissertativo-argumentativo, sobre o tema: Cidadania e participação social. Ao desenvolver o tema proposto, procure utilizar os conhecimentos adquiridos ao longo de sua formação.
ENEM 2000: “Com base na leitura da charge, do artigo da Constituição, do depoimento de A.J. e do trecho do livro O cidadão de papel, redija um texto em prosa, do tipo dissertativo-argumentativo, sobre o tema: Direitos da criança e do adolescente: como enfrentar esse desafio nacional? [...] Observação: Lembre-se de que a situação de produção de seu texto requer o uso <i>da modalidade escrita culta da língua</i> ”.
ENEM 2001: “Com base na leitura dos quadrinhos e dos textos, redija um texto dissertativo-argumentativo sobre o tema: Desenvolvimento e preservação ambiental: como conciliar os interesses em conflito? [...] Observação: Lembre-se de que a situação de produção de seu texto requer o uso <i>da modalidade escrita culta da língua</i> ”.
ENEM 2002: “Considerando a foto e os textos apresentados, redija um texto dissertativo-argumentativo sobre o tema O direito de votar: como fazer dessa conquista um meio para promover as transformações sociais de que o Brasil necessita? Ao desenvolver o tema, procure utilizar os conhecimentos adquiridos e as reflexões feitas ao longo de sua formação. [...] Observação: Lembre-se de que a situação de produção de seu texto requer o uso <i>da modalidade escrita culta da língua portuguesa</i> ”.
ENEM 2003: “Considerando a leitura do quadro e dos textos, redija um texto dissertativo-argumentativo sobre o tema: A violência na sociedade brasileira: como mudar as regras desse jogo? Instrução: Ao desenvolver o tema proposto, procure utilizar os conhecimentos adquiridos e as reflexões feitas ao longo de sua formação. [...] Observação: Lembre-se de que a situação de produção de seu texto requer o uso <i>da modalidade escrita culta da língua portuguesa</i> ”.
ENEM 2004: “Ao desenvolver o tema proposto, procure utilizar os conhecimentos adquiridos e as reflexões feitas ao longo de sua formação. Selecione, organize e relacione argumentos, fatos e opiniões para defender seu ponto de vista e suas propostas. Observação: Seu texto deve ser escrito <i>na modalidade culta da língua portuguesa</i> ”.

ENEM 2005: “Ao desenvolver o tema proposto, procure utilizar os conhecimentos adquiridos e as reflexões feitas ao longo de sua formação. Selecione, organize e relacione argumentos, fatos e opiniões para defender seu ponto de vista e suas propostas, sem ferir os direitos humanos. Observação: Seu texto deve ser escrito na <i>modalidade padrão da língua portuguesa</i> ”.
ENEM 2006: “Ao desenvolver o tema proposto, procure utilizar os conhecimentos adquiridos e as reflexões feitas ao longo de sua formação. Selecione, organize e relacione argumentos, fatos e opiniões para defender seu ponto de vista e suas propostas, sem ferir os direitos humanos. Observação: Seu texto deve ser escrito na <i>modalidade padrão da língua portuguesa</i> ”.
ENEM 2007: “Ao desenvolver o tema proposto, procure utilizar os conhecimentos adquiridos e as reflexões feitas ao longo de sua formação. Selecione, organize e relacione argumentos, fatos e opiniões para defender seu ponto de vista e suas propostas, sem ferir os direitos humanos. Observação: Seu texto deve ser escrito na <i>modalidade padrão da língua portuguesa</i> ”.
ENEM 2008: “Escolha uma dessas ações e, a seguir, redija um texto dissertativo, ressaltando as possibilidades e as limitações da ação escolhida. Ao desenvolver seu texto, procure utilizar os conhecimentos adquiridos e as reflexões feitas ao longo de sua formação. [...] Observação: Seu texto deve ser escrito na <i>modalidade padrão da língua portuguesa</i> ”.
ENEM 2009: “Com base na leitura dos seguintes textos motivadores e nos conhecimentos construídos ao longo de sua formação, redija um texto <i>dissertativo-argumentativo em norma culta escrita da língua portuguesa</i> , sobre o tema: O indivíduo frente à ética nacional, apresentando proposta de ação social, que respeite os direitos humanos”.
ENEM 2010: “Com base na leitura dos seguintes textos motivadores e nos conhecimentos construídos ao longo de sua formação, redija um texto <i>dissertativo-argumentativo, em norma culta escrita da língua portuguesa</i> , sobre o tema Ajuda Humanitária, apresentando experiência ou proposta de ação social que respeite os direitos humanos”.
ENEM 2011: “Com base na leitura dos textos motivadores seguintes e nos conhecimentos construídos ao longo de sua formação, redija <i>texto dissertativo-argumentativo em norma padrão da língua portuguesa</i> sobre o tema VIVER EM REDE NO SÉCULO XXI: OS LIMITES ENTRE O PÚBLICO E O PRIVADO, apresentando proposta de conscientização social que respeite os direitos humanos”.
ENEM 2012: “A partir da leitura dos textos motivadores seguintes e com base nos conhecimentos construídos ao longo de sua formação, redija texto <i>dissertativo-argumentativo em norma padrão da língua portuguesa</i> sobre o tema O MOVIMENTO IMIGRATÓRIO PARA O BRASIL NO SÉCULO XXI, apresentando proposta de intervenção, que respeite os direitos humanos”.
ENEM 2013: “A partir da leitura dos textos motivadores seguintes e com base nos conhecimentos construídos ao longo de sua formação, redija texto <i>dissertativo-argumentativo na modalidade escrita formal da língua portuguesa</i> sobre o tema “Efeitos da implantação da Lei Seca no Brasil”, apresentando proposta de intervenção, que respeite os direitos humanos”.

Elaborado pela autora a partir dos dados das PROVAS DO ENEM. Disponível em: <<http://www.infoenem.com.br/provas-antiores/>>. Acesso em: 27 de março 2014.

Percebe-se conforme ilustrado no quadro 1 que o ENEM de 1998, 2000, 2001, 2002, 2003, 2004, 2009 e 2010 exigiu dos estudantes o uso da norma culta da língua portuguesa na produção do texto. A questão aqui é: o que se entende por norma culta nessa proposta? A noção de norma culta presente no enunciado da questão do ENEM nasce, sem dúvida, em oposição a outras variedades de normas, sendo essas consideradas *não cultas, não corretas*. É a partir da relação de oposição entre normas que a noção de norma culta é construída, sendo que essa adquire um valor de *norma correta, norma boa, norma pura* em detrimento das demais. Para Faraco (2008) “A norma culta, nos últimos anos, pulou os muros da universidade e se tornou muito frequente no discurso da média e da escola”. (p. 23). Essa expansão para fora do meio universitário fez com que a norma culta perdesse um pouco da precisão semântica. Faraco (2008)

ênfatiza que “ao se difundir pelos espaços não propriamente universitários, ao se tornar uma expressão quase de senso comum, norma culta foi perdendo precisão semântica” (p. 23).

A noção de norma presente nos enunciados das provas do *ENEM* em análise, desse modo, está relacionada à ideia do “certo”, do “correto”, em oposição ao “errado”. Esse entendimento que parece ter se proliferado pode ser um resultado equivocado do trabalho da mídia em sempre trabalhar na perspectiva do “certo” e do “errado”. Em outras palavras, na norma *culta*, o “certo” é aquilo que segue os manuais de redação extremamente conservadores, muitas vezes, repreendendo a “ignorância dos falantes brasileiros” que não segue o padrão normativo e repercutindo a variação linguística como algo “errado” e cabível de críticas, pelo simples fato de desviar do padrão “aceitável”.

Deste modo, o termo norma culta assegura terminantemente a ideia do que é “certo” e do que é “errado”, dividindo, a língua portuguesa sob um parâmetro rígido do que é condenável e do que é admissível. Ao exigir a *norma culta* escrita da língua, a prova do *ENEM* opera um apagamento das demais normas usadas, construindo com a imagem de *um* uso linguístico culto. A norma culta a que se refere o enunciado da questão é, na verdade, caracterizada pelas regras gramáticas (e abstratas) presentes nos manuais didáticos. Vale salientar, nessa discussão, que “do ponto de vista estritamente gramatical, as variedades (as normas) se equivalem, isto é, todas são igualmente organizadas, todas são igualmente complexas. Isso não significa que todas as variedades se equivalham socialmente” (FARACO, 2008, p.74).

A norma culta exigida no enunciado desfruta de uma valoração social, pois, como sabido, por razões históricas, os grupos sociais vão atribuindo diferentes valores às diferentes variedades: umas são prestigiadas e outras estigmatizadas. No entanto, conforme Faraco (2008), retomando Labov, esses valores não são ‘naturais’, nem linguísticos, mas ressaltam puramente de relações sociais.

Assim, a linguagem escrita no âmbito escolar e das mídias é considerada correta, apenas se estiver completamente embasada sob os parâmetros da norma culta. Dessa forma, ter o domínio de saber escrever “corretamente”, só acontece quando se segue o padrão normativo de regras gramaticais e riqueza vocabular. No entanto, esse é um aspecto que merece bastante atenção, visto que, “a expressão escrita é uma prática que envolve mais que apenas o uso desta variedade da língua”. (FARACO 2008, p. 28).

Diante da discussão traçada até aqui, é possível perceber que a noção de norma culta presente nos enunciados analisados veicula preconceito linguístico. Retomando os dizeres de Faraco (2008), o que não é *norma culta* é, conseqüentemente, “inculta”, “sem cultura”. Nesse sentido, a noção de norma culta presente nas propostas do *ENEM* se refere a uma norma homogênea: só existe uma norma culta e é aquela que deve ser seguida. Com isso, a noção de norma culta, conforme postulado na questão acima, implica o uso da gramática tradicional tal como ensinado nos manuais didáticos de língua portuguesa, a que Faraco denomina de norma padrão. Interessante observar que em 1999, o enunciado da prova de redação do *ENEM* não fez exigência quanto a que norma o aluno deveria adotar para produzir o seu texto, apenas pede que “redija um texto em prosa, do tipo dissertativo-argumentativo”.

A questão aqui é: Qual foi então, o objetivo do *ENEM* com essa proposta de 1999? Será que a proposta era deixar o aluno à vontade para escrever livremente o seu texto? Trata-se aqui de um esquecimento ou de um avanço? A seguir, apresentamos os fragmentos das provas de redação do *ENEM*, em que a exigência foi à escrita do texto de acordo com a *norma padrão* da língua portuguesa.

É interessante notar que nos anos de 2005, 2006, 2007, 2008, 2011 e 2012, a proposta de redação do *ENEM* trouxe uma mesma noção, a saber, “*norma padrão*” da língua portuguesa.

Seria esse um avanço na compreensão do fenômeno linguístico, ou seja, um avanço quanto ao conhecimento das diversas normas que podem existir na sociedade? Ou um retrocesso em relação a que norma efetivamente cobrar do aluno concluinte do ensino médio? O que compreende, então, a norma padrão da língua?

Parece que para as provas do *ENEM*, norma padrão aqui é usada como sinônimo de norma culta. A concepção de norma padrão em análise tem sido uma tentativa de unificar, igualar todas as normas? Subjacente a esse conceito está à ideia de um padrão correto, um modelo que deve ser seguido. A norma padrão, no entanto, precisaria encontrar correspondentes no uso, ou seja, seria preciso encontrar uma comunidade de fala que seguisse cabalmente as regras da norma padrão.

Ao que parece, todavia, a norma padrão se configura uma virtualidade, tendo em vista que nenhuma comunidade usa cabalmente tal variação. Geralmente, a norma padrão tende a ser cobrada em situações de uso da língua escrita, apesar de sempre fazer referência a um conjunto de regras nunca utilizadas, abstratas no sentido empregado por Faraco (2008). E, mesmo assim, não é qualquer norma da língua escrita que é aceita. O *ENEM* exige uma norma que, embora não seja usada por nenhuma comunidade, é ensinada nas escolas. Nesse sentido, a imagem construída é a de que existe apenas uma norma padrão: aquela ensinada nas gramáticas. Essa leitura é corroborada se olharmos como os enunciados das questões do *ENEM*, em dois anos seguidos, tratam essa norma. Eles postulam uma “*norma padrão da língua portuguesa*”.

Assim, a língua portuguesa é mencionada como tendo uma norma padrão de uso, sendo que essa norma é encontrada apenas em manuais didáticos. Nesse sentido, parece que o pressuposto que sustenta esse entendimento é o de que existe um *modelo normativo puro*, sendo esse “a gramática como o conjunto de regras que o usuário deve aprender para falar e escrever corretamente a língua” (NEVES, 2011, p. 29). Como bem aponta Possenti (1996), as gramáticas normativas representam o conjunto de regras que devem ser seguidas pelo usuário da língua e é essa a noção mais conhecida pelos professores de primeiro e segundo graus. Isso se deve ao influente papel dos livros didáticos, que muitas vezes pregam que os alunos precisam aprender a “*falar e escrever corretamente*”.

Trazer o uso da norma padrão para a contextualização em que estamos inseridos se torna algo ainda mais abstrato. Como se sabe, o Brasil é um país de grandes proporções territoriais, ocupada por uma população muito diversificada, composta por várias culturas, costumes, com diferentes níveis sociais e de escolaridades. A língua falada é o português, porém é impossível essa manter uma homogeneidade linguística baseada apenas nas normas preconizadas na gramática. Isso pelo fato de que a linguagem é algo intrínseco de cada ser, formada por um conjunto de fatores tais como: educação, costumes, convívio social, ambiental, familiar, aspectos culturais, financeiros, religiosos, dentre outros.

Cada região apresenta uma forma particular de expressão, tornando impossível, então, unir todas essas particularidades da fala em um único e singular modelo, com o propósito de cultivar uma forma padrão de comunicação. Na realidade, a heterogeneidade natural da humanidade exige uma diversidade natural de comunicação e linguagem, por isso se faz necessário respeitar a variedade linguística de uma nação.

Observa-se que na prova do *ENEM* de 2013, diferentemente dos demais anos, cobra-se do candidato que “redija um texto dissertativo-argumentativo na modalidade escrita formal da língua portuguesa”. O que seria essa escrita formal da língua portuguesa? Será que é o mesmo que norma padrão? Ou será que se trata da norma culta? Essas questões são pertinentes e apontam para um outro questionamento: porque essa mudança nos termos? Abandona-se a concepção de norma? É possível que essa mudança na terminologia seja resultado de reflexões e

discussões mais acirradas sobre variações linguísticas existentes no Brasil. Ou, ainda, pode ser que essa mudança tenha ocorrido devido a uma maior divulgação dos estudos desenvolvidos no âmbito da Sociolinguística, sendo que essa postula a existência das várias normas e o tratamento igualitário para todas elas.

Ao compararmos o uso terminológico dos enunciados, logo percebemos que esse do ENEM de 2013 apresenta um tratamento mais cuidado da norma exigida. Ele pede a “modalidade *escrita formal* da língua portuguesa”. Somente nesse enunciado aparece essa denominação. Seria esse um reconhecimento de outras modalidades? Ao que parece, a questão reconhece a existência da modalidade falada da língua portuguesa: a oposição se faz presente, tendo em vista o fato dos autores especificarem *modalidade escrita* (em oposição à modalidade falada).

Além disso, uma outra oposição é estabelecida, a saber, entre *escrita formal* e *escrita informal*. Esse aspecto é digno de nota. Ele aponta para um reconhecimento de que mesmo na modalidade escrita da língua existem variações, os usos informais, e de fato existem, conforme postulados pelos estudos sociolinguísticos.

Dessa forma, é possível que a exigência do uso da *modalidade escrita formal* seja o reflexo do uso de variantes *informais* da língua escrita nas redes sociais. Os avanços das novas tecnologias da comunicação possibilitaram ao usuário utilizar a língua de forma bastante diversa, rompendo com normas estabelecidas e estabelecendo novas formas de uso. A modalidade escrita formal nasce, portanto, em oposição a uma modalidade escrita informal da língua. É, desse modo, o reconhecimento de modalidades e formas não reconhecidas nas questões do *ENEM* anterior a 2013.

## **Considerações Finais**

Neste artigo, discorremos sobre a sociolinguística variacionista e investigamos as concepções de normas presentes nos enunciados das propostas de redação do Exame Nacional do Ensino Médio (*ENEM*). A análise foi realizada em um *corpus* composto de dezesseis enunciados que orientam a produção da redação do *ENEM* no período de 1998 a 2013. Em resposta as nossas questões de pesquisa, a saber: (i) como a discussão sobre norma é abordada na sociolinguística? Que compreensões sobre norma são produzidas na teoria para contribuir com o ensino de língua materna? E de que forma a noção de norma é apresentada nos enunciados das propostas de redação do *ENEM* e conseqüentemente são cobradas e ensinadas na escola?

Constatamos que há uma instabilidade quanto ao uso dessa noção, por parte dos elaboradores desse exame. Percebemos que o *ENEM* de 1998, 2000, 2001, 2002, 2003, 2004, 2009 e 2010 solicitou dos estudantes o uso da *norma culta da escrita da língua portuguesa*; enquanto em 1999, segundo ano em que o Ministério da Educação realizou esse exame nacionalmente, não houve exigência quanto ao uso de nenhuma norma; já o *ENEM* de 2005, 2006, 2007, 2008, 2011 e de 2012 exigiu o uso da *norma padrão da língua portuguesa* e o *ENEM* de 2013, por sua vez, solicitou o uso da *modalidade escrita formal da língua portuguesa*.

Esses usos apontam, possivelmente, para uma mudança quanto à concepção de norma linguística que se materializa nos enunciados das questões de redação do *ENEM*, e, conseqüente, quais os conhecimentos gramaticais (de norma) devem ser acionados pelos alunos concluintes do *ensino médio* em relação à língua portuguesa. As diferentes terminologias usadas pelo *ENEM*, na proposta da redação, refletem discussões envolvendo as variedades de normas que são usadas decorrentes de fatores sociais.

Percebe-se uma concepção de norma ainda bastante atrelada aos manuais de gramáticas prescritivas, fortalecida por uma ideia de língua culta, padrão, modelo, pura, certa em oposição a um uso não padrão, não culto e errado da língua. Por outro lado, é possível perceber um significativo avanço no tratamento das normas na questão de redação no ano de 2013. Nessa, temos a introdução da noção de *modalidade escrita formal da língua*, sinalizando para uma concepção que admite existir uma modalidade não escrita, ou seja, falada e, ao mesmo tempo, admite existir usos da língua escrita informal.

A discussão aqui empreendida não esgota as possibilidades de análise na vertente sociolinguística com esse tipo de *corpus*, mas pelo contrário, abre a possibilidade de se estudar o uso da variação das diversas normas linguísticas a partir de outros olhares. Cabe salientar que tomamos como perspectiva de análise de natureza documental e descritiva, seguindo uma abordagem de cunho qualitativo diferente do método de análise comumente adotado pelos sociolinguístas, que tendem a seguir a abordagem quantitativa.

No entanto, compreendemos que quando se trata de um estudo cujo *corpus* se encontra na modalidade escrita é possível sim realizar uma análise considerando o que ali está materializado como material linguístico e responder a um problema de pesquisa, uma vez que a sociolinguística investiga aspectos sociais que arquetipam e descrevem um fato real assim como o futuro linguístico de uma sociedade. Ao passo que procura entender os fatores de variação linguística, avaliando e expressando as particularidades da sociedade pesquisada, da linguagem e cultura. As possibilidades de análise são várias e, como bem propõe Faraco (2008), uma norma, qualquer que seja ela não pode ser compreendida apenas como um conjunto de formas linguísticas; ela é também um agregado de valores socioculturais.

## Referências

- ALKIMIN, T. M. Sociolinguística: parte I. In: MUSSALIN, F; BENTES, A. C. *Introdução á linguística: domínios e fronteiras*. Vol 1. São Paulo: Editora Cortez, 2008.
- ANTUNES, I. *Muito além da gramática: por um ensino de língua sem pedras no caminho*. São Paulo: Parábolas ed, 2007.
- BAGNO, M. **Preconceito linguístico: o que é, como se faz?** São Paulo: Ed. Loyola, 2000.
- BAGNO, M. *A língua de Eulália: novela sociolinguística*. 13 ed. São Paulo: Contexto, 2004.
- BORTONI-RICARDO, Stella Maris. *Educação em língua materna: a sociolinguística em sala de aula*. São Paulo: Parábola, 2004.
- BRASIL, Ministério da Educação e dos Desportos, Secretaria de Educação Fundamental. *Parâmetros Curriculares Nacionais: Língua portuguesa: terceiro e quarto ciclos do Ensino Fundamental*. Brasília: MEC/ SEF, 1998.
- BRASIL, Ministério da Educação e dos Desportos. *Concepções e Fundamentos do ENEM 2010*. Disponível em: <<http://historico.Enem.inep.gov.br>>. Acesso em: 23 abr. 2014.
- FARACO, Carlos Alberto. *Norma culta brasileira: desatando alguns nós*. São Paulo: Parábola Editorial, 2008.
- LAVOV, William. *Padrões sociolinguísticos*. São Paulo, Parábola Editorial, 2008.
- MARTINS, Marco Antonio; VIEIRA, Silvia Rodrigues; TAVARES, Maria Alice. *Contribuições da sociolinguística brasileira para o ensino de português*. In: MARTINS, M. A. VIEIRA, S. R.; TAVARES, M .A. *Ensino de Português e Sociolinguística*. São Paulo: Contexto, 2014 (no prelo).

NEVES, Maria Helena de Moura. Que gramática estudar na escola? *Norma e uso na Língua Portuguesa*. 4.ed. São Paulo: Contexto, 2011.

PROVAS DO ENEM. Disponível em: <<http://www.infoenem.com.br/provas-anteriores/>>. Acesso em: 27 de março 2014.

POSSENTI, Sírio. *PORQUE (NÃO) ENSINAR GRAMÁTICA NA ESCOLA*. Campinas, SP: Mercado de Letras: Associação de Leitura do Brasil, 1996.

WEINREICH, U., LABOV, William, HERZOG, Marvin. *Fundamentos empíricos para uma teoria da mudança linguística*. São Paulo: Parábola Editorial, 2006.